



1290000719



TCC/UNICAMP R859m

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA**



**A MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL  
E SEUS REFLEXOS NO MERCADO DE TRABALHO**

**Monografia sob orientação dos  
professores Aloísio Mercadante,  
Jorge Mattoso e Márcio  
Pochmann**

**Antonio Carlos Ruiz Arriero**

**julho/1996**

**TCC/UNICAMP  
R859m  
IE/719**

**CEDOC/IE**

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	02
Resumo.....	04
Apresentação.....	05
Capítulo I :O Padrão de Desenvolvimento Norte-Americano.....	07
1-A Emergência do Padrão Norte-Americano de Desenvolvimento.....	09
1.1- O Regime de Trabalho nos Países Avançados.....	14
2- A Tipicidade do Regime de Trabalho no Brasil.....	16
Capítulo II : A Emergência de Uma Terceira Revolução Industrial.....	19
1- O Processo de Reestruturação Industrial nos Países Centrais.....	21
2-Um Novo Paradigma Tecnológico.....	27
2.1- A automação Integrada Flexível.....	29
2.2 - Revolução nos Processos de Trabalho.....	31
Capítulo III : Uma Nova (Des)Ordem no Mundo do Trabalho.....	33
1-Marx, os Clássicos e Keynes.....	35
2- Insegurança no Emprego.....	38
2.1 - A Solução Neoliberal para o Desemprego.....	41
3 - Modernização e Competitividade da Indústria Brasileira.....	45
3.1 - Crescimento Econômico e Desemprego.....	47
3.2 - O Debate da Flexibilização do Uso da Mão-de-Obra no Brasil.....	53
Considerações Finais.....	61
Bibliografia.....	65



SE  
QUERES  
PROGREDIR  
NÃO DEVES  
REPETIR  
A  
HISTÓRIA,  
MAS  
FAZER  
UMA  
HISTÓRIA  
NOVA

*Gandhi*

## *Agradecimentos.*

À MINHA FAMÍLIA; AOS AMIGOS QUE TORNARAM A MINHA PASSAGEM PELA UNIVERSIDADE UM POUCO MAIS AGRADÁVEL: ALÊ, DÉBORA, COELHO, JOELY, EDUARDO (JONO), FLÁVIO, LUCIANE (LEÃO), MAURÍCIO, MARADONA, ROMAN E THIAGO; AOS PROFESSORES: ALOÍSIO MERCADANTE, CLÁUDIO MACIEL, JORGE MATTOSO E MÁRCIO POCHMANN; AOS MAIS SIMPÁTICOS E COMPETENTES FUNCIONÁRIOS DA UNICAMP: ADEMIR, ALBERTO, ÂNGELA, AURELUCE, CÉLIA, CLAUDENIR, DIULIANA, DORA, FRANCIS, LAÍS, LÍDIA, MÁRCIA, MARCÍLIO, MARLI, ORLANDO, REGINA E TIANA; AOS AMIGOS DA MORADIA: ADENILSON, ANDERSON, ARY E HUGO; AO CAECO E À ANGE.



Sebastião Salgado

*Os Excluídos*

### **ABSTRACT :**

Nowadays, the international economy is the result of changes begun at the end of Second World War. This period experienced deep economic changes, mainly in the production systems - through of the development of new technologies, financial globalization and increasing of the world trade. In the beginning the american economy leads this process, creating new economic rules and a new geopolitic environment.

The purpose of this monograph is to analyse the essential trends of the international labor relations within the actual economic situation. Finally we will explain the perspectives to the brazilian labor market industrial.

### **RESUMO :**

A configuração que assume a economia internacional hoje é o resultado de um processo que se desenrola desde o final da Segunda Guerra Mundial. Este período assistiu a um movimento radical de transformações econômicas, principalmente no sistema produtivo, através do desenvolvimento de novas tecnologias, globalização financeira e crescimento do comércio mundial. Neste processo os Estados Unidos passaram a desempenhar um novo papel no cenário econômico e geopolítico mundial.

O objetivo desta monografia é analisar as principais tendências do mundo do trabalho frente à situação econômica mundial. Além disso, pretende apontar as perspectivas para o mercado de trabalho industrial brasileiro.

## APRESENTAÇÃO

A constatação de que o capitalismo passa por uma reestruturação total no seu setor industrial como uma forma de enfrentar o esgotamento de um padrão de crescimento adotado no pós-guerra foi o que, basicamente, determinou e orientou a confecção desse estudo.

Considera-se essa reestruturação como determinada pelo avanço e difusão das inovações tecnológicas, representadas, basicamente, pelas tecnologias microeletrônicas e informática aplicada ao processo de produção.

Nesse sentido realizar-se-á no capítulo 1, o acompanhamento da trajetória e dos movimentos do capitalismo no pós-guerra, nos países centrais, tentando apontar as características mais importantes do padrão de crescimento adotado no período e suas consequências para a configuração do mercado de trabalho destes países. Além disso, buscar-se-á fazer uma análise da tipicidade do regime de trabalho do Brasil, a partir de sua trajetória específica de padrão de industrialização.

Feito isso, parte-se, no capítulo 2, para apresentar um breve histórico do processo de reestruturação industrial surgido nos países centrais, com ênfase ao G3

(Estados Unidos, Japão e Alemanha), a partir da década de 70, que veio a configurar a emergência de uma Terceira Revolução Industrial.<sup>1</sup>

Além disso, far-se-á uma análise das características deste paradigma tecnológico emergente, a automação integrada flexível, e seus impactos no processo de trabalho.

O capítulo 3 tentará discutir as principais tendências no mundo do trabalho, a partir de um sistema econômico que se inova tecnologicamente e se globaliza financeiramente, levando a todos os cantos do planeta os ideais do mercado, do Estado mínimo e de uma nova divisão internacional do trabalho.

Para isto se buscará analisar, num primeiro momento, as principais tendências deste processo nos países centrais e, posteriormente tentar apontar algumas perspectivas e tendências para o Brasil.

---

<sup>1</sup> "caracterizada por uma verdadeira destruição criadora schumpeteriana, realizada na década de 80 sob a forma de modernização conservadora "(MATTOSO, 1994 : 522)

## **CAPÍTULO I**

# **O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NORTE-AMERICANO**

O objetivo principal que se pretende alcançar neste item da monografia é o acompanhamento da trajetória do modo capitalista de produção, configurado a partir do término da Segunda Guerra Mundial, tentando apontar as características mais importantes do padrão de crescimento adotado nos países centrais.

Parte-se da idéia de que só uma análise dessas características poderá permitir uma avaliação mais correta do cenário atual - consequência direta do esgotamento do padrão norte-americano de desenvolvimento, diante do surgimento das inovações tecnológicas.

Embora existam ainda algumas controvérsias em relação à natureza das inovações tecnológicas, tratar-se-á aqui de considerá-las como "*determinantes da emergência de uma Terceira Revolução Industrial*" (MATTOSO : 1991) na medida em que promoverão alterações consideráveis na estrutura produtiva<sup>ii</sup>, nas relações e na divisão internacional do trabalho.

Além disso, buscar-se-á fazer uma análise da tipicidade do regime de trabalho do Brasil, a partir de sua trajetória específica do padrão de industrialização.

---

<sup>ii</sup> Segundo TAVARES (1992 : 40), "*Até prova em contrário, a 'Terceira Revolução Industrial' ainda não dispensa o petróleo como base do sistema de transporte mundial. Um cluster de inovações que não modifica radicalmente a infra-estrutura de transportes nem a base energética do sistema industrial não tem o impacto transformador de uma verdadeira revolução industrial.*"

## 1 - A EMERGÊNCIA DO PADRÃO NORTE - AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

A configuração que assume a economia internacional hoje é o resultado de um processo que se desenrola desde o final da II Guerra Mundial. Este período assistiu a um movimento radical de transformações em todas as órbitas da atividade econômica, não apenas produtiva e tecnológica, mas também a comercial e a monetária e financeira, onde os Estados Unidos passaram a desempenhar um novo papel no cenário econômico e geopolítico mundial.

A guerra teve um impacto extremamente importante para a economia norte-americana, onde o próprio Estado norte-americano assume uma nova dimensão, reforçando sua posição enquanto articulador entre os diferentes blocos de capital. Os Estados Unidos, a partir de então, assumiram claramente sua posição de potência hegemônica e procuraram estabelecer uma ordem internacional que lhes fosse favorável.

Uma nova institucionalidade<sup>iii</sup> era criada a partir das conferências que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial, no campo político, através da constituição da ONU e no campo econômico na Conferência de Bretton Woods, em que foram criados o FMI e o BIRD.

Uma das primeiras iniciativas de manifestação como potência hegemônica no imediato pós-guerra pode ser observada nas políticas que os Estados Unidos

---

<sup>iii</sup> Esta nova institucionalidade em sua composição e em suas regras básicas de funcionamento, era o resultado direto da supremacia política, militar e econômica dos Estados Unidos no mundo capitalista.

desenvolveram em relação à Alemanha e ao Japão, onde o objetivo implícito inicial era, senão promover a desindustrialização destes países, ao menos a desconcentração do poder econômico, em mão dos grandes grupos financeiros daqueles países, visando garantir sua hegemonia mundial. <sup>iv</sup>

O avanço soviético no leste europeu e os êxitos eleitorais dos partidos comunistas no ocidente fizeram com que se tomasse um novo rumo a política imperial que os Estados Unidos procuravam imprimir ao resto do mundo capitalista. Em 1947 foi proclamada a Doutrina Truman<sup>v</sup> e, logo em seguida, o Plano Marshall, destinando recursos para a reconstrução européia.

De um ângulo estritamente econômico, o Plano Marshall abriu espaço para uma mudança estratégica, inclusive sobre o Japão e à Alemanha, países estrategicamente situados na fronteira da guerra fria. Segundo TEIXEIRA(1989 : 4-5), *“três aspectos desta reviravolta merecem ser destacados...” “Em primeiro lugar, o Plano Marshall abriu espaço para uma maior integração da Europa capitalista... .. em consequência, as barreiras ao comércio intra-europeu foram sendo gradativamente reduzidas” “... Em segundo lugar, permitiu desvalorizações maciças em relação ao dólar, medida que era a própria negação das regras estabelecidas em Bretton Woods.” “...finalmente, os Estados Unidos passaram a aceitar a discriminação contra os produtos americanos nos mercados europeu e japonês, ao mesmo tempo que abriam se enorme mercado interno para os produtos provenientes daquelas regiões”*.

---

<sup>iv</sup> Para uma discussão mais detalhada deste processo ver :TEIXEIRA, Aloísio & MIRANDA, José Carlos. *A Economia Mundial no Limiar do Século XXI: o cenário mais provável*. Texto Para Discussão:IEI/UFRJ 257, 1991.

<sup>v</sup> Doutrina pela qual os Estados Unidos se comprometia a apoiar a reação aos movimentos de libertação da Grécia e da Turquia e se dispunham a ajudar financeiramente os países que se decidissem a lutar contra o comunismo.

O período que se seguiu à adoção do Plano Marshall corresponde a uma fase em que os principais países europeus e o Japão melhoram sua posição relativa na produção, produtividade, comércio exterior e reservas internacionais. Nesse sentido, a vigência desse novo padrão de crescimento pressupunha um novo motor propulsor da economia mundial, e esse motor se concretizou na atuação do setor industrial no período em questão. O crescimento econômico baseado no comportamento do setor industrial viabilizou o objetivo primário de reconstrução mundial, na medida em que permitiu a ampliação dos volumes de exportação e importação, dos fluxos de capital, de tecnologia e de recursos humanos entre as nações, movimentos que se viram ainda mais facilitados pela simultânea modernização dos sistemas de comunicações e de transportes.(TEIXEIRA : 1989)

Ao longo dos anos 50 iniciou-se a intensificação da concorrência inter-capitalista sob hegemonia norte-americana, com a expansão das filiais das grandes corporações manufatureira, após a etapa prévia de exportação de mercadoria e endividamento financeiro do resto do mundo contra os Estados Unidos. Os principais agentes desse processo foram os grandes conglomerados norte-americanos, os maiores beneficiados pelo prolongado conflito mundial. Como ressalta (RATTNER: 1989) *“com uma cultura organizacional e capacidade financeira superiores, idealizaram e executaram estratégias e planos de produção, comércio, transações financeiras e transferências de tecnologia em âmbito e escala globais.”*

Concretiza-se, assim, a tendência à internacionalização do capital e da produção através da montagem desse sistema de empresas transnacionais, difundindo-se e generalizando um padrão americano de desenvolvimento.

A partir da década de 60, vislumbrando a possibilidade de suas economias se verem dominadas pelo capital norte-americano, as grandes empresas européias reagem, procurando se fortalecer com fusões e associações dentro do continente e buscando conquistar novos mercados, até mesmo antigas reservas americanas. Resultado : os padrões de industrialização na década de 60 foram extremamente semelhantes em todos os países do mundo (TEIXEIRA & MIRANDA:1991)

A questão monetária e financeira é outro aspecto importante na caracterização do período. No início dos anos 60 o sistema monetário internacional, estruturado em Bretton Woods, enfrenta o seu primeiro momento crítico, expressado numa clara manifestação de desconfiança em relação ao dólar, entre o caráter nacional de uma moeda fechada e o papel de cabeça do sistema internacional.<sup>vi</sup> A partir de então, todos os esforços da política econômica americana, a partir da contradição relatada acima, se traduziram em medidas que visavam reduzir os déficits do balanço de pagamentos e tiveram como contrapartida a saída para o exterior dos bancos americanos, restabelecendo em escala internacional , o circuito de reprodução do capital e a formação de um

---

<sup>vi</sup> Em função do comércio e o investimento direto haverem suplantado o ritmo de criação de reservas, a qual não podia depender da produção aurífera, os Estados Unidos apoiava-se crescentemente nos déficits dos balanços de pagamentos. Assim, como profetizava Triffin : "se o déficit americano aumentasse, a credibilidade no dólar cairia e o sistema entraria em colapso pela impossibilidade de os Estados Unidos atenderem as demandas de conversão em ouro; mas se os Estados Unidos passassem a obter superávits, enxugariam a liquidez do sistema internacional, inibindo a expansão do comércio mundial e o próprio crescimento econômico". Para maiores detalhes sobre este assunto ver Block (1993).

mercado financeiro de eurodólares. Esse mercado, ao se expandir, permitiu alimentar, por meio do sistema bancário privado, a transnacionalização do sistema capitalista.

Este padrão de desenvolvimento norte-americano constituído no pós-guerra possibilitou ao capitalismo dos países avançados adquirir um caráter virtuoso por algumas décadas, *"combinando crescimento econômico e pleno emprego, mecanismos de mercado e políticas estruturantes com ampliação e diversificação da intervenção estatal, economia internacionalizada e administração da demanda agregada, descentralização das decisões capitalistas e contratação coletiva crescentemente centralizada, elevação da produtividade e distribuição de renda"* (MATTOSO,1994:521)

## 1.1 - O REGIME DE TRABALHO NOS PAÍSES AVANÇADOS

A nível global, o modo de articulação entre um regime de acumulação intensiva e um modo de regulação 'monopolista', que marca o pós-guerra, em países do centro, caracteriza uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo de grande prosperidade.

No tocante às chamadas normas de produção, cada país não adotou uma mera cópia do sistema americano de produção industrial <sup>vii</sup>, mas sim, este sistema foi transferido e seu princípio central foi adaptado ao contexto social, econômico e político existente.

Assim, graças às condições econômicas e políticas da época, conformar-se-iam, nos países capitalistas avançados, as normas de produção, as relações salariais e o padrão de consumo que caracterizariam o modelo de desenvolvimento norte-americano, gerando um processo de homogeneização da estrutura produtiva, do mercado de trabalho e do consumo, promovendo uma internacionalização da produção, financeira e do capital sem precedentes na história recente.

---

<sup>vii</sup> FERREIRA (1991), ao analisar o padrão de industrialização norte-americano, enquanto nível geral de organização da produção, destaca algumas características deste modelo:

- racionalização do processo de trabalho: profunda divisão - tanto horizontal (parcelamento de tarefas) quanto vertical (separação entre concepção e execução) - e especialização do trabalho;
- desenvolvimento da mecanização através de equipamentos altamente especializados;
- produção em massa de bens com elevado grau de padronização;
- salários relativamente elevados e crescentes, incorporando ganhos de produtividade, para compensar o tipo de processo de trabalho predominante.

*"No mercado de trabalho dos principais países avançados, cada vez mais homogêneo, o desemprego baixou a níveis praticamente inéditos. Os salários articularam-se estritamente com a elevação da produtividade e dos preços, ampliando seu poder de compra. Os salários indiretos foram desenvolvidos e parcelas significativas do custo do trabalho foram assumidas pelo Estado. As relações de trabalho assumiram um caráter mais padronizado e a contratação coletiva adquiriu uma função econômica favorável à administração da demanda agregada."*(MATTOSO:1994)

## 2. A TIPICIDADE DO REGIME DE TRABALHO BRASILEIRO

O objetivo deste ítem é oferecer elementos para uma reflexão mais cuidadosa sobre alguns aspectos problemáticos da regulamentação do regime de trabalho no Brasil, procurando ilustrar duas peculiaridades, a saber: a instabilidade do emprego e o baixo nível das remunerações.

A compreensão das peculiaridades do regime de trabalho no Brasil requer uma referência mínima ao contexto histórico em que foi constituído, destacando-se, em particular, a rapidez do processo dos processos de industrialização e urbanização.

Durante os anos 1930-55, período caracterizado pela industrialização restringida<sup>viii</sup>, o Brasil consolida a implantação da indústria de bens de consumo, de alguns compartimentos de bens duráveis de consumo e de parte da implementação da indústria pesada de insumos (química, mineração, aço, cimento e autopeças).

Este foi um período de grande crescimento econômico, concentrado espacialmente e desencadeador de uma acelerada urbanização.<sup>ix</sup>

A industrialização forçou a integração do mercado nacional, intensificando os fluxos inter-regionais de mercadorias. O crescente nível de emprego urbano

---

<sup>viii</sup> Sobre o conceito e a dinâmica da industrialização restringida, ver : TAVARES (1974) e CARDOSO DE MELLO (1982)

<sup>ix</sup> Entre 1940 e 1960 o emprego urbano aumentara em 4,9 milhões de pessoas, enquanto o rural crescera em 2,9 milhões. Em 1960 a população urbana do país já atingia 45%. (CANO : 1994)

neste período, bem como a expansão da fronteira agrícola e a ação do Estado na promoção de alguns direitos sociais<sup>x</sup> irão configurar um processo de aumento e diversificação da ocupação no país. (CANO :1994)

A partir de 1956 inicia-se no Brasil o período da industrialização pesada, que alteraria radicalmente a configuração estrutural do país<sup>xi</sup>, modificando a estrutura produtiva e de serviços, imprimindo-lhes elevado crescimento, maior complementariedade industrial e diversificação. O processo de integração do mercado nacional avançou ainda mais, graças às demandas derivadas geradas pela implantação da indústria pesada e da política de incentivos para o desenvolvimento nacional.

Não obstante, os anos 50 também permitiram o surgimento de aspirações sociais nas cidades e o florescimento de tentativas de organização popular. Esses esforços de mobilização social em torno de reformas estruturais e conquistas sociais, contudo, não tiveram solução de continuidade devido ao golpe de estado de 1964.

A nova situação política mostrou-se de importância decisiva na implantação do atual regime de trabalho no Brasil. *"Em primeiro lugar, levou a uma rígida repressão à atividade sindical e política, justamente no momento de consolidação da*

---

<sup>x</sup> O governo Vargas é importante na análise de salários e representatividade sindical, pois foi nele em que foram regulamentadas muitas relações de trabalho, onde o sindicato deixa de ser uma entidade desvinculada do Estado, passando a fazer parte da estrutura governamental e altamente vinculada a esta, através da ministério do trabalho. No governo Vargas, ainda são definidas muitas leis e instrumentos trabalhistas que perduram até hoje, como a CLT, o salário mínimo e a Justiça do Trabalho, que permitiram uma enorme regulação das relações do trabalho e do salário.

<sup>xi</sup> As gigantescas inversões que se materializaram em 1956-62 (principalmente a indústria de material de transporte e de bens de capital) e em 1968-80 (bens de capital, não ferrosos, química e petroquímica, complexos minerais e agroindústria, com destaque para o álcool de cana-de-açúcar) completaram nossa matriz da Segunda Revolução Industrial, exatamente cem anos depois de ter sido implantada nos principais países desenvolvidos. (CARDOSO DE MELLO : 1992; CANO : 1994)

*estrutura econômica que se começou a montar em meados dos anos 30. Por esse motivo, não se desenvolveu o movimento sindical no país, num período de retomada do crescimento econômico, quando talvez fosse possível uma resposta mais adequada às reivindicações em termos de condições de trabalho e distribuição de renda. Em segundo lugar, o governo militar abandonou completamente a tentativa prévia a 1964 de manutenção e eventual elevação do salário mínimo legal. Este continuou perdendo poder aquisitivo, mesmo quando a inflação caiu de um patamar de 100% para cerca de 20% ao ano. Em terceiro lugar, o governo impôs uma política de contenção dos salários dos funcionários públicos e dos empregados do setor privado, que foi parte importante do esforço para controlar a inflação e que ajudou a diminuir a participação dos salários na renda agregada nacional. Em quarto lugar, mas não menos importante, o governo substituiu o instituto da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que facilitou a rotatividade da mão-de-obra não qualificada. ( BALTAR e PRONI : 1995).*

Deste modo, a instabilidade dos empregos e o baixo nível dos salários são aspectos interrelacionados e que se reforçam mutuamente de um regime fluido de relações de trabalho<sup>xii</sup>, que se notabiliza pelo livre arbítrio dos empregadores, produto da ausência de uma regulação coletiva do uso e remuneração da mão-de-obra, com intensa repressão à atividade sindical e completa despreocupação das autoridades públicas para com as formas de uso do trabalho e o nível dos salários.

---

<sup>xii</sup> Os resultados desta fluidez nas relações de trabalho podem ser percebidos em pelo menos três dimensões: a) na baixa participação dos salários no custo da produção e no valor agregado; b) no baixo nível e ampla diferenciação das remunerações dos trabalhadores; e c) na exclusão do emprego produtivo de uma significativa parcela da PEA urbana. Em consequência, prevaleceu uma acentuada desigualdade sócio-econômica, na qual uma parcela dos trabalhadores, embora não totalmente excluída, não fez parte da base do mercado de consumo de massa. ( BALTAR & PRONI : 1995)

## **CAPÍTULO II**

### **A EMERGÊNCIA DE UMA TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL**

O objetivo principal deste ítem da monografia é apresentar um breve histórico do processo de reestruturação industrial surgido nos países centrais, mais precisamente nos Estados Unidos, Japão e Alemanha, a partir de meados da década de 70, que veio a configurar a emergência de uma Terceira Revolução Industrial.

Além disso, far-se-á uma análise das características deste paradigma tecnológico emergente, a automação integrada flexível, e seus impactos no processo de trabalho.

## 1 - O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL NOS PAÍSES CENTRAIS

A mudança nos rumos da economia européia, ocorrida a partir dos anos 70, foi interpretada como indicativa de um esgotamento do padrão de desenvolvimento norte-americano, no qual se destacava justamente a interação de aumentos gerais de salário com a elevação da produtividade decorrente principalmente de economias da produção em grande escala. Este esgotamento manifestou-se em meio a uma profunda desordem da economia mundial, como indicam a ruptura do padrão monetário baseado em taxas de câmbio rígidas, a elevação dos preços das matérias primas e a aceleração da inflação nos principais países capitalistas. (TAVARES & BELLUZZO : 1995)

Para entender a profunda alteração no padrão de industrialização nos países centrais é necessário entender o crescimento “virtuoso”<sup>xiii</sup> das principais economias industrializadas, a partir de 1983, após dez anos de crise econômica mundial. Esse crescimento “virtuoso” deu lugar a um esforço bem sucedido de reestruturação industrial de alguns países europeus e asiáticos.

---

<sup>xiii</sup> termo citado por Coutinho (1992), onde são destacados; 1) a vitória da estabilidade e da sustentabilidade do crescimento por sobre os recorrentes surtos de forte especulação cambial (causados pelo enorme e continuado desequilíbrio comercial dos EUA contra o Japão e a Alemanha); e 2) a retomada firme dos fluxos privados de acumulação de capital, acompanhados de uma sensível recuperação do incremento da produtividade e de uma aceleração crescente da difusão de inovações econômicas (técnicas, organizacionais e financeiras) nas principais economias industriais capitalistas.

Para compreender as características particulares deste processo de reestruturação industrial torna-se necessária fazer uma associação com as políticas macroeconômicas que esses países implementaram.

Segundo TAVARES (1992 : 21 ), foram *“as principais políticas de ajuste e coordenação macroeconômica e as condições internas e internacionais que deram suporte ao processo de reestruturação industrial. Assim, as flutuações nas taxas de câmbio e de juros, acompanhadas de fortes movimentos de capitais, modificaram as condições de financiamento do Estado e de rentabilidade da grande empresa dentro dos países centrais, forçando a um aumento da competição internacional que, por sua vez, obrigou a uma rápida transformação industrial e tecnológica. Esse processo acelerado de reestruturação só foi bem sucedido nos países onde as condições microeletrônicas, de organização industrial e as políticas do Estado tiveram condições de ser compatibilizadas”*

Em relação à reestruturação industrial propriamente dita, iniciada na década de 80, a liderança se concentrou entre Japão e Alemanha. São muitos os motivos apontados por diversos autores desta “liderança”, onde destacam-se, do ponto de vista microeconômico, as relações financeiras históricas entre seus bancos e suas grandes empresas. Do ponto de vista macroeconômico, são países que possuem moedas como reserva internacional, permitindo-lhes fazer frente ao dólar sem riscos para seus balanços de pagamentos. Enfim, foram países capazes de financiar internamente, a juros baixos, tanto o investimento privado quanto a dívida pública, dada a abundante liquidez endógena de seu mercado bancário privado. ( TEIXEIRA : 1989, COUTINHO : 1992, TAVARES : 1992)

De acordo com TEIXEIRA & MIRANDA, “o rápido ajustamento da economia japonesa dos anos 70 bem como seu maior dinamismo nos 80 podem ser creditados ao êxito das estratégias ativas de desenvolvimento industrial adotadas, visando garantir a adequação de sua estrutura industrial aos desafios impostos por condicionantes internos e externos”.

Um elemento crucial deste processo de reestruturação industrial no Japão tem sido a manutenção de elevadas taxas de acumulação e a contínua introdução de progresso técnico, em setores previamente selecionados como prioritários e estratégicos. Assim, o Japão, através de uma clara política industrial buscou uma estratégia de transformação tecnológica centrada na eletroeletrônica de ponta e na difusão acelerada das novas técnicas de informação e controle no interior de todo o aparelho produtivo. (TORRES : 1991)

A base microeletrônica da reestruturação japonesa foi a diversificação e concentração da grande empresa em grupos financeiros (*keiretsu*), centralizados em bancos chaves. “Essa forma de organização permitiu uma maior flexibilidade financeira ao processo de conversão industrial que, através de uma visão estratégica de longo prazo dos mercados, permitiram às grandes empresas japonesas suportar os ajustes de preços e de produção (cambial e estrutural), aceitando uma distribuição de perdas de curto prazo e a formação de um mix de preços internos e externos com margens brutas de lucro por unidade muito baixas, quando comparadas com seus rivais nos Estados Unidos ou mesmo na Europa.” (TAVARES 1992 : 33 ).

Os avanços produtivo e tecnológico da economia japonesa permitiram melhores condições para disputar fatias do mercado mundial e para aproveitar os momentos de expansão dos principais segmentos deste mercado. Os demais países foram obrigados a responder a uma competição mais intensa, e procuraram adotar os avanços técnico-organizacionais implantados no Japão. Em particular, as grandes empresas passaram a focalizar melhor suas atividades e otimizaram seus ativos produtivos, inclusive reduzindo estoques e o quadro de pessoal.

No caso da Alemanha, a estratégia foi a de consolidação de sua posição dominante na CEE e de controle da integração europeia. A Alemanha havia adotado desde o pós-guerra uma estratégia de crescimento centrada na especialização prévia de sua indústria, principalmente a indústria química e a do setor de máquinas e equipamentos, e voltada para o atendimento à demanda externa, dadas as vantagens que possuía em relação a seus competidores. Nos anos 80 a indústria alemã passou por um aprofundamento de sua especialização nos segmentos industriais tecnologicamente competitivos, tendo como objetivo estratégico a retomada do impulso exportador, ancorado, inclusive, em empresas financeiras sólidas, cujas relações com os bancos eram facilitadas pela manutenção de uma taxa de juros interna baixa e estável, permitindo-lhe ampliar o seu espaço em alguns mercados muito disputados, como o dos Estados Unidos.

No caso dos Estados Unidos, seu processo de reestruturação está vinculado ao processo paralelo de “transnacionalização para dentro” do próprio espaço norte-americano, num movimento contrário ao ocorrido no pós-guerra.

Em período relativamente recente, foram muito grandes as entradas de capitais de todo o mundo para os Estados Unidos, influenciando poderosamente em sua reestruturação industrial.

Os Estados Unidos nunca tiveram uma política industrial explícita e de longo prazo, apenas nos setores em que já detinham vantagens absolutas no comércio internacional, tais como o químico, nos computadores de grande porte, na área militar e na mecânica de alto conteúdo tecnológico, é que o processo de reestruturação foi bem sucedido, permitindo-lhe manter sua posição perante seus competidores. Nos demais, a participação das importações e da produção de empresas estrangeiras nos Estados Unidos é bastante elevada.

Assim, enquanto o Japão, apoiado em crescentes fluxos de capitais privados, o processo de reestruturação foi global; a Alemanha e os Estados Unidos buscaram elevar sua competitividade naqueles segmentos em que possuíam vantagens comparativas (absolutas) históricas. No caso alemão, através de uma política monetária ortodoxa que visava submeter o conjunto da Europa capitalista sob sua hegemonia. No caso americano o objetivo tinha como estratégia o endividamento contra o resto do mundo.

Uma conclusão importante deste processo de ajuste e reestruturação dos países centrais é feita por TAVARES (1992 : 40-41), ao apontar a característica de uma “modernização conservadora” no qual enfatiza alguns pontos críticos deste processo, a saber : *“o primeiro é o sucesso relativamente menor dos países anglo-saxônicos que pregaram e universalizaram as políticas ultraliberais de ajuste e*

*desregulação - Inglaterra e EUA - quando comparados com os países de capitalismo organizado<sup>xiv</sup>, como o Japão e a Alemanha, ou com forte regulação e presença do Estado no sistema bancário, como a França, a Itália e a Coreia. O segundo é o fracasso dos ajustes automáticos do balanço de pagamentos, patrocinados pelos EUA e o FMI, e seus efeitos perversos sobre a crise financeira da América Latina e de outros países periféricos. O terceiro é o caráter desigual da modernização em termos de países, empresas e pessoas, que levou a uma distribuição desequilibrada dos benefícios do progresso técnico."*

---

<sup>xiv</sup> TAVARES ( 1992 : 41) define "países de capitalismo organizado" como "àqueles onde as relações orgânicas entre a burocracia do Estado, bancos e as grandes empresas industriais foram sempre importantes para seu desenvolvimento histórico." "...onde a intervenção estatal tem sido decisiva no pós-guerra, não somente no nível macroeconômico, mas também na política industrial, através de estímulos e financiamento público."

## 2 - UM NOVO PARADIGMA TECNOLÓGICO

A profunda alteração do padrão de industrialização consolidado no pós-guerra nas nações capitalistas avançadas vem sendo chamada de *Terceira Revolução Industrial*.<sup>xv</sup> Esta revolução no padrão de industrialização tem sua origem principal na nova base técnica resultante do desenvolvimento de novas tecnologias: microeletrônica, informática, telecomunicação, automação, novos materiais, energias renováveis, etc. Assim, o padrão norte-americano de industrialização é colocado em xeque pela consolidação de um novo complexo industrial mecatrônico e por um sistema de produção que depende cada vez mais de sua capacidade de inovação, ou seja, da busca sem fim de novos e melhores produtos e de melhorias no processo de produção de maneira a assegurar uma maior flexibilidade e elevação da produtividade. A isto se acoplariam novos modelos de relações industriais capazes de fazer frente às novas condições da economia mundial nos anos 90 (MATTOSO :1993, COUTINHO : 1992)

Para uma caracterização desse processo de inovações, será utilizada a análise de COUTINHO (1992), onde apresenta algumas tendências da inovação que vêm emergindo no cenário mundial, a partir da expansão do complexo

---

<sup>xv</sup> "Os movimentos de ajustamento industrial em curso estão levando ao rompimento de mercados consolidados durante o ciclo expansivo do pós-guerra e delineando novas formas de oligopólios que, ainda, têm uma caráter instável, porquanto as novas regras de produção e de mercado não estão completamente definidas. O sistema produtivo internacional passa por uma fase em que a concorrência capitalista redefine os fatores estruturais - o estado das técnicas, organização empresarial, quadro institucional - que determinam as posições relativas de indústrias e empresas." ( MIRANDA : 1991)

eletrônico. Dentre elas se destacam “1) *um novo paradigma de produção industrial - a automação integrada flexível e 2) revolução nos processos de trabalho.*”<sup>xvi</sup>

De acordo com COUTINHO (1992) “*a aplicação da microeletrônica de uma base tecnológica comum a uma constelação de produtos e serviços agrupou um conjunto de indústrias, setores e segmentos na forma de uma ‘complexo eletrônico’, densamente intra-articulado pela convergência intrínseca da tecnologia da informação...*”  
“*... capazes de penetrar todos os setores da economia, configura a formação de um novo paradigma tecnológico no mais puro sentido neo-schumpeteriano*”.

---

<sup>xvi</sup> Coutinho (1992) destaca sete principais tendências da inovação nas principais economias capitalistas. São elas: 1) o peso crescente do complexo eletrônico; 2) um novo paradigma de produção industrial; 3) revolução nos processos de trabalho; 4) transformação das estruturas e estratégias empresariais; 5) as novas bases da competitividade; 6) a "globalização" como aprofundamento da internacionalização; e 7) as "alianças tecnológicas" como nova forma de competição.

## 2.1 - A AUTOMAÇÃO INTEGRADA FLEXÍVEL<sup>xvii</sup>

Os processos industriais típicos do padrão norte-americano de industrialização, que se constituem basicamente de base eletromecânica, através da automação dedicada, repetitiva e não programável, sofreram intensa transformação notadamente a partir dos anos 80, por meio da difusão de mecanismos digitalizados capazes de programar o processo de automação. Assim, a eletrônica substituiu a eletromecânica como base da automação, de tal forma que microprocessadores dedicados ou computadores dedicados passaram a guiar o sistema de máquinas ou partes deste.

As principais mudanças derivadas da incorporação intensiva das inovações tecnológicas observadas no processo produtivo se relacionam à racionalização da produção. Como acentua RATTNER (1983), a produção tradicional, caracterizada por uma *“divisão técnica de trabalho em múltiplas fases, desde a fabricação dos componentes a partir das matérias-primas, até as fases finais de controle de qualidade, embalagens e vendas, caracteristicamente absorvedoras de grande quantidade de mão-de-obra, é substituída por uma estrutura de produção que privilegia os componentes eletrônicos que permitem exigência de menos matérias-primas e insumos em geral.”*

A difusão rápida de algumas formas de automação programada nos anos 80, a saber CLP (Controladores Lógicos Programáveis) e CAM (Computer Aided Manufacturing)<sup>xviii</sup>, preparou terreno para a emergência de sistemas integrados de automação flexível (ou Computer Integrated Manufacturing - CIM), que, segundo COUTINHO(1992), tenderá a ganhar forma ao longo dos anos 90, em

---

<sup>xvii</sup> O estudo da automação integrada flexível refere-se à grande empresa, e não se constitui como norma geral padronizada, mas tendências que vêm emergindo, constituindo verdadeiras inovações de processo e de produto.

<sup>xviii</sup> Para maiores informações sobre tais processos de automação, ver COUTINHO ( 1992 )

direção a um padrão dominante cujas características são ainda difíceis de prever e marcará a indústria das primeiras décadas do século XXI, significando no limite, a fusão radical da mecânica e da eletrônica digital, acarretando uma profunda reestruturação do setor ou das indústrias de bens de capital e serviços. Computadores mais poderosos e baratos, dotados de algum grau de 'inteligência artificial', sistemas avançados de software capazes de atuar em vários níveis e de viabilizar técnicas avançadas de integração, novas gerações de robótica, etc, serão integrantes dos futuros sistemas CIM. A concretização desse novo estágio depende, porém, de progressos importantes nos softwares de integração e de outros avanços técnicos em vários campos da ciência.<sup>xix</sup>

É importante acrescentar que um setor em especial assume um papel de considerável importância nas inovações tecnológicas : a indústria de máquinas-ferramentas, ou em termos mais gerais, a de bens de equipamentos, na medida em que sua apreciação serviu de *"fio condutor às análises das mudanças ocorridas em todos os níveis ( concepção do produto , processo de trabalho, estruturas organizacionais, etc. "* (LEBORGNE :1990). Em verdade, trata-se de um setor chave no acompanhamento das implicações do advento das inovações tecnológicas, pois é o controle de se know-how que irá permitir a modernização competitiva, *"porque ele assegura a modernização do setor à jusante dos bens de consumo e a partir daí aciona um círculo virtuoso know-how-inovação-competividade"*, ou seja, este setor é responsável direto pela rapidez em que se irá difundir ( e reproduzir ) as inovações tecnológicas, induzindo também por outro lado, novas formas organizacionais e estruturas de produção.

---

<sup>xix</sup> Como por exemplo, ciência dos materiais, microprocessadores capazes de embutir inteligência artificial, laser e fotônica, óptica, instrumentação, micromecânica, etc.

## 2.2 - REVOLUÇÃO NOS PROCESSOS DE TRABALHO

Ao lado e concomitante ao aparecimento das inovações tecnológicas, novas formas de organização do processo trabalho<sup>xx</sup> se fazem necessárias (dado que o perfil do trabalho e da mão-de-obra se alteram). Ou seja, as formas de automação programada hoje dominantes já vêm incorporando características flexíveis, numa típica transição para a automação integrada flexível, configurando uma revolução em curso na organização dos processos de trabalho.

Neste novo padrão, exige-se a participação direta da força de trabalho fabril na condução do processo, para operar e reprogramar os ajustamentos necessários nos equipamentos; as tarefas passam a exigir um nível de compreensão global do processo produtivo, o que exige um nível de qualificação amplo e polivalente dos operários; redução da distância hierárquica entre a gerência e o rés-da-fábrica; aprofunda-se o nível de conhecimentos tácitos, não codificáveis e específicos de cada unidade fabril e amplia-se a necessidade de investir em *intangíveis*.

A reordenação da produção incorporou, em geral, unidades ou estações de trabalho, que são *“distribuídas a um ou mais operários qualificados, que tem de controlar o processo, supervisionando as máquinas e os computadores, realizar o trabalho da manutenção , a programação e, finalmente, enfrentar emergências”* (RATTNER:1983).

---

<sup>xx</sup> A organização industrial e as relações de trabalho que emergem com o novo padrão produtivo e tecnológico vêm sendo estudadas no interior da grande empresa, havendo problemas de generalização e por isso não devem ser concebidas enquanto "modelos" a serem copiados, mas sim para evidenciar determinadas tendências nas mudanças nas relações de trabalho no interior destas empresas.

O avanço da automação afeta de forma diferenciada as categorias de trabalhadores. O “ pessoal de formação mais elevada, nível técnico e superior, embora trabalhando em melhores condições de instalação e remuneração, organizados em pequenos grupos com liberdade (prevista) de movimentos e comportamentos decidindo colegiadamente a maneira de realizar o trabalho, contraditoriamente, atrela-se a um alto nível de estruturação de atividades e a uma rigidez de programação de ritmo intenso, pois sua produção vai alimentar e dirigir as atividades das máquinas impedidas de qualquer interrupção.” Embora não participem de decisões estratégicas ( a respeito de metas a serem alcançadas, por exemplo ), lhes é exigido um “acréscimo de responsabilidades relacionadas à administração, que em um sistema automatizado flexível são impossíveis de serem separados do nível técnico “ TEIXEIRA ( 1989 ).

Assim, "enquanto operários especializados, de alto nível, serão necessários para compreender os novos conteúdos do trabalho, baseado na estrutura do conhecimento científico, e desenvolver habilidades para "solução de problemas", é possível que outros, que permaneçam agregados à interpretação de programas para a operação de máquinas, sofram o rebaixamento de suas capacidades" (RATTNER:1983).

## **CAPÍTULO III**

### **UMA NOVA (DES)ORDEM NO MUNDO DO TRABALHO**

O objetivo central deste capítulo é de tentar discutir as principais tendências no mundo do trabalho<sup>xxi</sup>, a partir de um sistema econômico que se inova tecnologicamente e se globaliza financeiramente, levando a todos os cantos do planeta os ideais do mercado, do Estado mínimo e de uma nova divisão internacional do trabalho.<sup>xxii</sup>

Para isto se buscará analisar, num primeiro momento, as principais tendências deste processo nos países centrais e, posteriormente, apontar as perspectivas e tendências dentro das características específicas do Brasil.

---

<sup>xxi</sup> Pela contemporaneidade dos acontecimentos torna-se difícil avaliar e chegar a conclusões sobre o rumos destes acontecimentos.

<sup>xxii</sup> Do ponto de vista econômico, segundo TAVARES (1994a) "*a globalização financeira e a aparição do Japão como potência tecnológica, financeira e comercial de primeira grandeza, puseram em risco a dominância econômica norte-americana e sua capacidade de regular a economia internacional. A derrocada das economias centralizadas acabou com o ponto de referência das ideologias que combatem a supremacia do mercado. Assim, a ideologia neoliberal é hegemônica neste novo mundo globalizado, até porque não há sinal de qualquer corrente de pensamento que ouse enfrentar a hegemonia liberal e andar na contramão das avenidas Privatização, Desregulamentação e Estado Enxuto. Ela seria cobrada em menor participação no comércio internacional.*"

## 1- MARX, OS CLÁSSICOS E KEYNES

Antes de entrar no debate atual sobre a questão das perspectivas do trabalho frente à nova "ordem mundial", torna-se necessário se remeter à história do pensamento econômico e discutir, de forma resumida, as contribuições de Marx, Keynes e os Clássicos sobre o estudo do desemprego.

Marx, ao analisar o regime capitalista de produção<sup>xxiii</sup>, apresenta o problema da constante existência, dentro do universo capitalista, de uma superpopulação relativa de trabalhadores, existente sob diferentes formas, com características flutuantes, latentes e estagnada.

Nos centros da indústria moderna, de acordo com Marx, os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número dos empregados, embora em proporção que decresce com o número da escala da produção. Aí a superpopulação assume a forma flutuante.

A forma latente de superpopulação relativa, para Marx, se constituiria naquela parcela de população rural expulsa do campo, quando a produção

---

<sup>xxiii</sup> Marx aponta duas características específicas do regime capitalista de produção : a primeira é ue esse regime cria seus produtos com o caráter de mercadorias, constituindo seu caráter predominante e determinante de diferenciação dos outros sistemas de produção. O próprio trabalhador aparece como vendedor de mercadorias e, portanto, o trabalho aparece como trabalho assalariado . A segunda característica específica do regime capitalista de produção é a produção de mais-valia como tendência constante a reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, visando a acumulação constante de capital. ( MARX, Karl. "A Lei Geral da Acumulação Capitalista" In : O Capital , liv. 1, vol. II, cap. XXIII )

capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, com iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano.

A terceira categoria de superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e, justamente isso, torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência.

Finalmente, *"o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo. Pondo de lado os vagabundo, os criminosos, as prostitutas, o rebotalho do proletariado..." Além dos "aptos para o trabalho... .... que seu número aumenta e diminui quando os negócios se reanimam", existem os "órfãos e filhos de indigentes. Irão engrossar o exército industrial de reserva, e são recrutados, rapidamente e em massa, para o exército ativo dos trabalhadores, em tempos de grande prosperidade..."*, existem *"os indivíduos que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho..."* (IANNI:1988 p.128)

De acordo com a corrente clássica, existe a figura do "desemprego voluntário", onde os trabalhadores são culpados pelo próprio desemprego. Se aceitassem salários mais baixos, aumentariam as contratações. Assim, a decisão de contratar estaria associada à lei dos rendimentos decrescentes. Portanto,

contratar mais mão-de-obra seria eficiente apenas se os gastos com salários fossem compensados com o aumento da produtividade.

Contrariando a tese do "desemprego voluntário", Keynes publicou a "Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda", em 1936, onde o foco deveria ser desviado do "mercado de trabalho" para a decisão empresarial de produzir e investir. Decisão condicionada menos por uma suposta lei de rendimentos decrescentes ou pela teimosia dos trabalhadores que querem proteger seus rendimentos e mais pela taxa de juros e a de retorno de um investimento.

Keynes, em sua análise, busca diferenciar entre o empresário produtivo e a especulação financeira que afeta cronicamente as economias contemporâneas. Sua tese é de que quando o retorno na especulação é mais atraente e rápido que o compromisso de contratar, produzir e distribuir mercadorias, a riqueza existente não se converte em mais emprego, apenas em mais patrimônio. Um patrimônio muitas vezes fictício, que se dissolve facilmente frente às crises financeiras, onde se quebra determinadas expectativas de valorização do capital.

Assim, segundo Keynes, o investimento é o grande determinante do emprego. E o grau de investimento dependerá da comparação entre formas alternativas de acumular riqueza. Essa comparação, em última análise, depende da taxa de juros.

## 2 - INSEGURANÇA NO EMPREGO

Em todo o mundo, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego e subemprego chega a 28% da mão-de-obra, calculada em 2,7 bilhões de trabalhador. <sup>xxiv</sup> A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 26 países industrializados, chegou a outra sombria estatística: a população mundial está crescendo, mas a atividade econômica mundial perdeu o fôlego de tempos atrás. O crescimento econômico mundial caiu da média de 3,7% ao ano na década de 70 para a média de 1,95% ao ano nos cinco primeiros anos da década de 90.

Na União Européia, o desemprego está, em média, acima dos 10% da população economicamente ativa, representando cerca de 17,5 milhões de trabalhadores desempregados. A Espanha continua liderando a relação das nações com mais problemas de falta de vagas em seu setor produtivo com uma taxa de 22,4%. Em seguida vem a Irlanda com 14,5% e a Itália com 11,6%. Na Alemanha, os desocupados representam 11,1% da População Economicamente Ativa. <sup>xxv</sup>

Nos EUA e Japão cada vez mais cresce o número de desocupados dentro da população economicamente ativa, apesar dos índices de desemprego serem menores em comparação com a Europa. <sup>xxvi</sup>

---

<sup>xxiv</sup> Segundo estimativas apresentada no Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, no início de 1996, 800 milhões de pessoas estão desempregadas ou subempregadas no mundo -quantidade que equivale a mais de 13 vezes a PEA brasileira, calculada em 60 milhões.

<sup>xxv</sup> Fonte : O Estado de São Paulo ( 1996). Abril

<sup>xxvi</sup> respectivamente, 5,8% e 3,5% ( Estado de São Paulo : 1996 - abril )



introdução de novas tecnologias e processos de trabalho e expansão de novos setores (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, etc); 2) fragmentação e dispersão da mão-de-obra e fortalecimento de empresas mais especializadas e modulares, devido à utilização cada vez maior da automação microeletrônica, da robótica e de novos fluxos organizacionais; 3) nova divisão do trabalho e um novo segmento de trabalhadores que, "ao contrário dos trabalhadores especializados/parcelizados/desqualificados da produção padrão norte-americano de industrialização, são mobilizados para um ajuste permanente das quantidades/qualidades e para a manutenção dos equipamentos de maneira a que os melhoramentos gerados sejam sistematicamente incorporados à produção."

## 2.1 - A "SOLUÇÃO" NEOLIBERAL PARA O DESEMPREGO

Com a emergência desta nova "ordem mundial", surgem transformações profundas na divisão internacional do trabalho, implicando na decadência econômica de muitas regiões, ao crescimento do desemprego estrutural e a proliferação de formas de precarização do emprego. Neste processo, com o argumento neoliberal em hegemonia, crescem as resistências de ações compensatórias do Estado, favorecida pela ruptura do compromisso keynesiano, e conseqüentemente pela não priorização do pleno emprego como objetivo de governo.

Assim, nas empresas de vanguarda a introdução de novos equipamentos e as mudanças na organização e gestão da produção e do trabalho tem provocado maior automação, redução de chefias intermediárias, integração do escritório com a fábrica, envolvimento do pessoal de operação com a inspeção e o controle de qualidade. Tudo isto tem levado a uma desverticalização e a uma terceirização de funções, significado diminuição no quadro de pessoal das empresas,

Essa racionalização da produção, ao ocorrer com simples recuperação da atividade econômica e sem a retomada de um crescimento sustentado, tem prejudicado o mercado de trabalho nos principais centros urbanos através da redução do emprego formal, não só na indústria, mas também nas atividades de apoio, inclusive planejamento e gerenciamento. E a redução do emprego formal tem atingido, inclusive, as categorias profissionais mais organizadas.

Os liberais repetem a ladainha de que o problema do desemprego é resultado da rigidez do mercado de trabalho dos países desenvolvidos, em particular os europeus. A "nova" solução seria aumentar a "flexibilidade" do mercado de trabalho.

No âmbito de decisão das empresas, são contrapostas duas formas básicas ou modelos de flexibilidade no uso da mão-de-obra. De um lado, a flexibilidade quantitativa, implícita no enxugamento do quadro de pessoal da empresa, conseqüência da focalização de suas atividades (acentuada pelo recurso crescente à subcontratação). De outro, a flexibilidade funcional dos que permanecem empregados, ou seja, a polivalência de funções dos trabalhadores que melhor se inseriram nas novas formas de organizar a produção.

Do ponto de vista do empregador, a rigor, somente o segundo tipo de trabalho justificaria a estabilização do vínculo de emprego, especialmente quando isto ajuda a desenvolver a capacidade geral de trabalho numa direção específica. Não obstante, favorecidos por um longo período de expansão sustentada das vendas, os trabalhadores organizados coletivamente conseguiram impor a estabilidade no emprego para os postos de trabalho rotineiros. Isto somente apareceu para o empregador como um problema de rigidez quando foi questionada a competitividade daquele sistema produtivo (questionada por um sistema de produção ao mesmo tempo mais eficiente e com uma mão-de-obra bem mais barata, posto que a condição sócio-econômica dos trabalhadores asiáticos era bem inferior à dos europeus).

Mas este argumento liberal nos países centrais não é consensual e recentemente começaram a surgir teses contrárias à da flexibilização do trabalho, onde o argumento é que os países avançados que reduziram encargos sociais, não conseguiram com este expediente e com a flexibilização implantada, evitar o desemprego.

Na análise de (MATTOSO :1994) *"A mundialização da economia e a internacionalização da concorrência favoreceu a redução dos custos empresariais e, em nome da competitividade, milhares de empregos foram eliminados. Esta engrenagem tornou-se um novo "moinho satânico" e os dirigentes dos países avançados já se deram conta de que não é possível ampliar indefinida e descontroladamente a corrida da produtividade com a sucessão de flexibilizações, reduções no nível do emprego e ampliação da desigualdade."*

(TAVARES : 1994) aponta a produtividade como uma objetivo que as empresas norte-americanas vêm buscando frente à concorrência dos países asiáticos : *"Se prestassem atenção ao que está ocorrendo com as mudanças na economia norte-americana, ficariam surpresos por exemplo, com o grau de estatização do novo programa de telecomunicações. Talvez aprendessem também que o aumento de produtividade sistêmica é incompatível com o sucateamento do Estado e não implica, do lado empresarial, simplesmente aumentar o desemprego e subir os preços.... ...os planos de reestruturação da indústria e a reforma do sistema de saúde, privado e público, que o governo dos Estados Unidos está aplicando para melhorar a situação interna do seu país.... Finalmente, concluiriam que o governo americano não está baixando os impostos nem desregulando sua economia, mas regulando-a mais intensamente do que nunca, para enfrentar a concorrência dos países asiáticos e do Japão."*

A própria liberalização comercial imposta pela OMC também já vem sendo contestada pelos países visando preservar seus mercados. É o que aponta (TAVARES:1994) : *"Frente a esta situação de catástrofe social, o ex-liberal Maurice Allais recomenda o fechamento comercial do mercado comum europeu, através do controle quantitativo de importações dos países extra-comunitários. No caso de a CEE não adotar francamente uma política de bloco, frontalmente contrária às regras da OMC, recomenda que a França o faça sozinha. Na verdade, apesar da retórica liberal, é esta a prática corrente nos Estados Unidos e no Japão em matéria de comércio de mercadorias que ameaçam suas indústrias. Independentemente do caráter conservador ou utópico e da viabilidade técnica ou política de quaisquer destas propostas, é um consolo saber que as pessoas estão reaprendendo que a solução para o problema do desemprego, resultante da modernização conservadora e dos excessos do liberalismo, não pode ser simplesmente mais liberalismo. "*

### 3 - MODERNIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Com o movimento atual de globalização dos mercados financeiros e de interpenetração das estruturas empresarias se quebraram as barreiras nacionais dentro do Primeiro Mundo, colocando em cheque a questão da inserção de países periféricos dentro desta nova ordem mundial.<sup>xxviii</sup>

Tudo indica que, de modo análogo ao que ocorreu na implantação do complexo industrial no país, a transição para a chamada 3ª Revolução Industrial, também terá peculiaridades na experiência brasileira.

O Brasil dispõe, hoje, de uma estrutura industrial diversificada e integrada intersetorialmente, semelhante a países como a Itália, a França e a Espanha. Entretanto, o fraco crescimento do produto e do investimento produtivo na década de oitenta impediu que o sistema produtivo avançasse no sentido de sua racionalização e modernização. O que se necessita, hoje, é de uma definição clara do modelo de crescimento que se deseja e das mudanças institucionais capazes de viabilizá-lo.

Dentro deste cenário, duas estratégias se apresentam para o Brasil : uma, que podemos dizer liberal, que coloca o mercado exterior como fonte de dinamismo, concentrando a modernização e a busca de produtividade em setores

---

<sup>xxviii</sup> Segundo MIRANDA (1991) : " Apesar de algumas indefinições sobre o caráter das articulações intra e inter-blocos e sobre as estratégias das transnacionais, que afetarão as rotinas futuras de funcionamento do capitalismo, fica evidente que o esboço da nova ordem político-econômica não inclui nenhum papel específico para a América do Sul, a África e parcela significativa Ásia. "

que possuam vantagens comparativas dinâmicas; a outra, que interpreto como keynesiana, coloca o mercado interno como motor dinâmico de expansão e para a aquisição de competitividade internacional, onde o investimento se torna a variável-chave do crescimento econômico, tendo o Estado como alocador dos ganhos de produtividade e da renda gerada através de políticas sociais e setoriais específicas.

### 3.1 - CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESEMPREGO

Até o presente momento a elite brasileira, utilizando-se do argumento de que o Estado está falido, vêm adotando a estratégia liberal de desenvolvimento, basendo-se no paradigma do Consenso de Washington<sup>xxix</sup>, o que coloca em cheque uma real inserção sistêmica e competitiva do Brasil no cenário mundial.

Assim, partir dos anos 90 vem se detectando uma nova tendência nas empresas do Brasil, baseadas na concentração dos esforços nas estratégias organizacionais, bem como na adoção de novas formas de gestão de mão-de-obra.<sup>xxx</sup>

Esta reestruturação da indústria vem gerando mudanças, algumas ainda muito incipientes, nos processos de produção, na organização do trabalho, nas hierarquias de supervisão e controle, nas relações entre produção e setores de apoio, no gerenciamento das relações de trabalho e nos requisitos de qualificação, escolarização e comportamento dos trabalhadores.<sup>xxxi</sup>

---

<sup>xxix</sup> Receituário que vêm sendo imposto aos países periféricos em geral, visando um ajustamento e inserção competitiva à nova ordem, sob o aval do FMI e Banco Mundial, destacando-se:

- um ajustamento da economia nacional para a eliminação do déficit público, mediante o enxugamento do Estado e acordos com os credores internacionais, referendados pelo FMI e o Banco Mundial;
- liberalização das relações capital-trabalho, acabando com alguns "privilégios" ou com a política salarial até então determinada pelo Estado;
- liberalização do comércio exterior frente às novas regras da Organização Mundial do Comércio.

<sup>xxx</sup> Conforme Ruas (1992 :2) na década de 90, dois fatores colaboraram para empurrar as empresas em direção a uma estratégia inovadora mais efetiva. Por uma lado, o aprofundamento da crise econômica diminuiu brutalmente o mercado interno, forçando as empresas a se voltar para o exterior; por outro a política de abertura adotada pelo governo Collor obrigou as empresas a melhorar suas estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional.

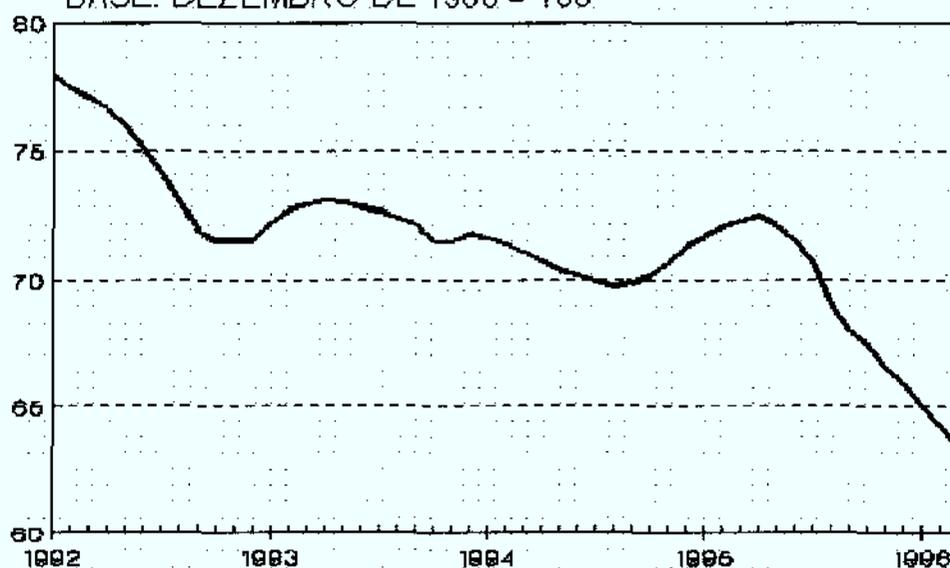
<sup>xxxi</sup> Diversos autores tratam dessa reformulação. Referências sobre essa literatura podem ser encontradas em Castro, N.A. *Trabalho e organização industrial num contexto de crise e reestruturação produtiva*; Carvalho, R.Q. *Capacitação tecnológica limitada e uso do trabalho na indústria brasileira*; e Gitahy, L. *Inovação tecnológica*,

Um fato novo desta retomada recente da produção, comandada pela indústria de transformação, é que não se tem gerado empregos formais na indústria em ritmo comparável ao verificado em meados da década anterior. O próprio setor de serviços já não é capaz de criar empregos em número suficiente para amenizar o desemprego produzido em outros setores da economia.<sup>xxxii</sup>

GRÁFICO 1

### NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL - SP SÉRIE DESSAZONALIZADA - PESQUISA SEMANAL

BASE: DEZEMBRO DE 1980 = 100



Fontes: Fiesp. Elaboração: IPEA/DIPES.

*subcontratação e mercado de trabalho.* Todos esses textos encontram-se na Revista *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 1, Fundação SEADE, jan-mar/1994. Também deve ser mencionado o trabalho de Leite, M.P. *Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão-de-obra*, in: Oliveira, C.A.B. et. al. *op. cit.*, 1994.

<sup>xxxiii</sup> Entre 1990-1995 a produção nas fábricas brasileiras cresceu 24%. A produtividade dentro delas avançou 36%. O Emprego industrial, no mesmo período, sofreu uma contração de 19%. Ou seja: uma vaga a cada cinco acabou eliminada. Nos serviços em geral, incluindo bancos e lojas, os negócios cresceram 28% e os empregos 18%. Esses dados do IBGE comprovam que o desafio do desemprego estrutural está mais presente no setor industrial, que responde por 36% do PIB. No setor de serviços, que movimenta 54% do PIB, este problema se apresenta no sistema financeiro e nos escritórios em geral. (Estado de São Paulo, abril de 1996)

Para Cláudio Salm, o crescimento do setor de serviços não deve contar muito para atenuar os índices de desemprego. "*A tese de que o setor de serviços está substituindo a indústria na base econômica é muito perigosa*", afirmou. "*Isto serve para países como a França, onde serviço significa produção de informática e engenharia aeroespacial, mas no Brasil o setor de serviços aumenta quando cresce o número de empregadas domésticas*".(Estado de São Paulo : maio de 1996)

O mal desempenho do mercado de trabalho, portanto, já não pode ser atribuído exclusivamente à estagnação econômica<sup>xxxiii</sup>, provocada pela contração do processo de industrialização do país. Estão ocorrendo fenômenos novos que sugerem a eminência de uma transformação profunda na estrutura do emprego urbano, que deve fazer a população ativa ocupar-se de um modo bastante diferente do verificado no passado recente.

Os dados sobre essas novas tendências são ainda muito precários a nível nacional, mas a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do SEADE/DIEESE tem ao menos mostrado o que vem ocorrendo no mercado de trabalho da Grande São Paulo

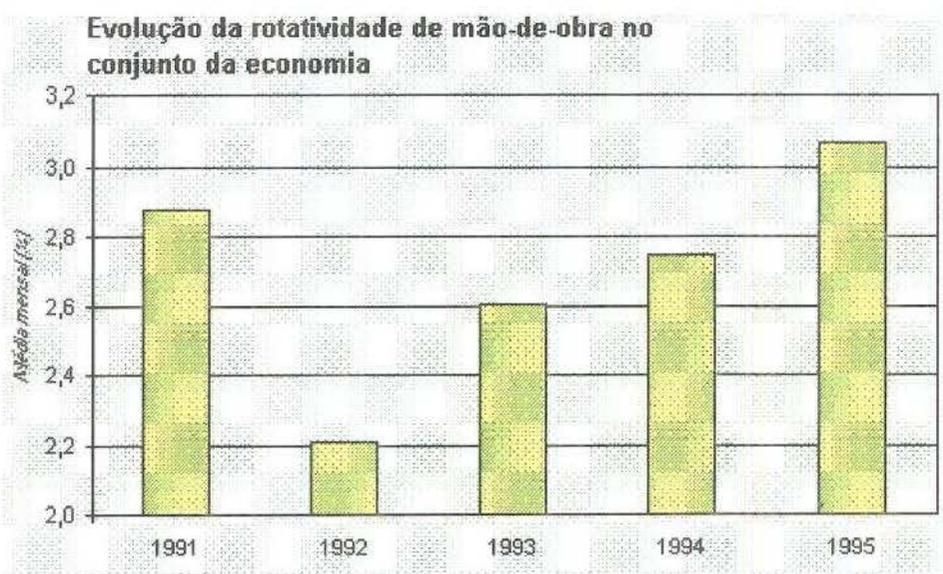
Em primeiro lugar, a população com idade para trabalhar vem crescendo mais rápido do que a população ocupada total. Não obstante, o número de

---

<sup>xxxiii</sup> A queda de 19% no emprego industrial, desde 1990, tem como maior responsável a estagflação do triênio 1990-92; em segundo lugar, a modernização das fábricas; em terceiro, em determinados ramos da indústria, a competição dos similares importados. Entre as vítimas, os ramos têxteis, calçados, brinquedos e autopeças. (Estado de São Paulo, abril de 1996). A atual política do governo de garantir a estabilidade da economia através da ancoragem cambial vêm gerando fortes desequilíbrios externos, com déficits persistentes na conta corrente, em função da estratégia recorrente de valorização cambial. Isto tem gerado consequências graves para a economia como um todo, como a diminuição do nível de atividade e do nível de emprego, com consequente aumento do desemprego.

desempregados não baixou , apesar do aumento da ocupação com a retomada da produção. Como contrapartida do mal desempenho do emprego formal a tendência que se observa é de um aumento do desemprego e das ocupações informais<sup>xxxiv</sup> e crescimento não desprezível da rotatividade da mão-de-obra.

GRÁFICO 2



Um segundo fato marcante do mercado de trabalho paulistano foi uma mudança pronunciada na composição das oportunidades ocupacionais abertas à população metropolitana<sup>xxxv</sup> , apontando uma tendência crescente à terceirização de funções e importação de bens intermediários que antes eram fornecidos por empresas nacionais.

<sup>xxxiv</sup> Na grande São Paulo, em 10 anos, o número de ocupados cresceu 23%. A quantidade de assalariados do setor privado sem carteira assinada cresceu 65%. O número de autônomos avançou 57%. E no mesmo período, o número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado cresceu apenas 0,36%.

<sup>xxxv</sup> É o que indica o fato da composição da ocupação total em 1993, superior à de 1989 em 310 mil pessoas, apresentar um número de empregados com carteira de trabalho assinada na indústria de transformação e na construção civil menor que o de 1989 em 465 mil pessoas. Deste modo, o aumento de outras formas de ocupação, formal fora do setor secundário e informal em todos os setores, atingiu 775 mil pessoas, número bem maior que o correspondente à ampliação do total de desempregados (550 mil).

Desse modo, não se trata apenas dos efeitos da estagnação econômica sobre o mercado de trabalho, mas do começo de uma reestruturação da economia que tem afetado a capacidade de geração de empregos. Essas mudanças, especialmente a diminuição do peso do emprego formal, podem inclusive ser interpretadas como um indício de uma tendência para uma maior desagregação da estrutura sócio-econômica nas regiões mais desenvolvidas do país.



Dentro do paradigma do Consenso de Washington, o problema do desemprego é interpretado como consequência da rigidez do mercado. Assim, visando um ajustamento competitivo das empresas à nova ordem torna-se necessária uma liberalização das relações capital-trabalho, acabando com alguns "privilégios" dos trabalhadores, no intuito de diminuir o custo unitário do trabalho para poder beneficiar o poder de penetração das exportações no mercado internacional.

Em nome das palavras *eficiência, produtividade e competitividade*, principia-se no Brasil a importação do debate da necessidade no uso da mão-de-obra para um melhor ajustamento das empresas, e, inclusive, como uma “alternativa de diminuir o desemprego”.

### 3.2 - O DEBATE DA FLEXIBILIZAÇÃO DO USO DA MÃO-DE-OBRA NO BRASIL

Diante do quadro de relações de trabalho e de dinâmica do emprego, tem ganhado força uma proposta de desregulamentação do trabalho. Tal proposta visa proporcionar aos empregadores maior facilidade para dispensar trabalhadores e rebaixar o preço da mão-de-obra, permitindo um melhor ajustamento da folha salarial ao nível da produção e das vendas.

O argumento falacioso que vem ganhando a mídia é de que *o Brasil é o campeão mundial dos encargos sociais* <sup>xxxvi</sup> e isto impede a modernização e competitividade da industrial nacional.

Vários autores (PASTORE 1994; FIESP 1993; IOB 1993a) têm apontado estudos de que os encargos sociais brasileiros são muito elevados e representam um gasto adicional equivalente a pouco mais do que é gasto com a remuneração direta paga ao trabalhador <sup>xxxvii</sup> e defendem uma maior flexibilização do trabalho no sentido da eliminação dos direitos legais extensivos a todos os trabalhadores para tornar ainda mais baixo o custo da mão-de-obra como estratégia de melhorar a competitividade da indústria nacional.

---

<sup>xxxvi</sup> A expressão "*campeão dos encargos sociais*" foi utilizada no estudo de Pastore (1994).

<sup>xxxvii</sup> Em estudo de Pastore (1994) e da FIESP (1993), os resultados apontam para uma proporção de cerca de 102,00% de encargos sociais em relação à folha de pagamento das empresas. Em trabalho de Informações Objetivas - IOB (1993b) a proporção é de 105%, para o caso dos trabalhadores mensalistas. Em geral, esses estudos adotam uma metodologia tradicional, considerando como encargos sociais todo adicional legal incidente sobre a folha de pagamento das empresas, sem adequadas discussões acerca do significado de cada item de despesa incidente sobre a folha..

Os defensores desta proposta sustentam ainda que essa flexibilização do custo do trabalho contribuiria para impedir uma maior redução do emprego formal, evitando o aumento do desemprego e da ocupação informal.

As estimativas do peso dos encargos sociais nos defensores da proposta da flexibilização do trabalho escondem diferenças importantes, tratando todas as despesas como se fossem da mesma natureza, buscando confundir despesas decorrentes de importantes conquistas e direitos dos trabalhadores - que claramente estão associadas à remuneração do trabalho, como o décimo-terceiro, 1/3 de férias, férias, F.G.T.S. e outros - com itens de despesas, também incidentes sobre a folha, embora de natureza muito distinta, que devem ser considerados como encargos sociais, como é o caso das contribuições para a previdência social, para entidades patronais e para financiamento de outras atividades de caráter social. Assim, na medida que esses estudos consideram todos os itens de despesas que excedem a unidade salarial como encargos sociais, seus cálculos resultam numa grande superestimação do peso dos encargos sociais no Brasil, apontando cifras que superariam 100% relativamente à folha de pagamento das empresas.

Existem vários trabalhos, nacionais e internacionais, nos quais a definição de encargos sociais utilizada é muito diferente e mais adequada ao tratamento da questão. Com a utilização dessa definição e respectivos procedimentos metodológicos, verifica-se claramente que o peso dos encargos sociais no Brasil é muito menor do que as elevadas cifras resultantes dos estudos

anteriormente comentados, as quais têm sido bastante divulgadas e facilmente aceitas por vários setores da sociedade brasileira.<sup>xxxviii</sup>

Situando-se num patamar de cerca de 25%, essa participação mostra que o peso dos encargos sociais no Brasil não é tão elevado como tem sido apontado em alguns trabalhos, que a partir de números bastante elevados, sugerem ser o Brasil o "*campeão dos encargos sociais*".

Portanto, a discussão em torno da questão dos encargos sociais deve partir desse fato. A cifra apontada já permite afirmar também que os encargos sociais não estão elevando enormemente o custo da mão-de-obra no Brasil.

Uma verdadeira discussão sobre os encargos sociais no Brasil e sua relação com o custo da mão-de-obra deve-se ater à tipicidade do seu regime de trabalho que, como foi comentado no capítulo I desta monografia, são : uma elevada rotatividade da mão-de-obra e o relativamente pequeno quadro de pessoal permanente ou estável na empresa<sup>xxxix</sup> bem como uma elevada assimetria dos níveis salariais, prevalecendo o baixo nível de remunerações, principalmente nos postos de trabalho que apresentam vínculo de emprego instável.

---

<sup>xxxviii</sup> (DIEESE 1993; Azeredo 1993; CESIT 1994; Amadeo, 1994b ; CERC 1992, da França.) A definição de encargos sociais nestes trabalhos, está assentada principalmente na idéia de que encargos sociais são aqueles itens de despesas incidentes sobre a folha de salários que somente favorecem de forma indireta e não individualizada o trabalhador. Estes estudos apontam que os custos de trabalho sobre o montante de rendimentos em todos os setores industriais e, inclusive da agricultura e serviços, São de cerca de 25%. Relativamente menores aos países avançados e aos países com estrutura industrial semelhante.

<sup>xxxix</sup> Em função de uma regulamentação do trabalho no país que não garante estabilidade no emprego e permite alta flexibilidade para o empregador contratar, usar, remunerar e dispensar trabalhadores.

Assim além de receber mal e ter um vínculo instável, o que se observa, ao contrário do que PASTORE (1994) procura mostrar, é que o custo da mão-de-obra para as empresas no Brasil é muito reduzido, não somente para o conjunto da indústria manufatureira do país, mas para todos os ramos de atividade considerados, inclusive se comparado ao custo da mão-de-obra da indústria manufatureira de várias economias do mundo. Assim, o que se pode afirmar é que os encargos sociais no Brasil não estão pressionando a elevação do custo da mão-de-obra ao ponto de colocá-lo como um fator desfavorável para o país no comércio internacional, reduzindo suas condições de competitividade.<sup>x1</sup>

Esta constatação sobre os encargos sociais no Brasil se contrapõe às propostas que visam melhorar as condições de competitividade e de emprego no Brasil, a partir da defesa de reduções do custo da mão-de-obra, que, em última instância, provavelmente significariam maior redução salarial e/ou eliminação de direitos trabalhistas, duramente conquistados nas últimas décadas. Sem diferenciar os diversos itens de despesas legais incidentes sobre a folha de pagamentos, e a partir disso considerar todos como encargos sociais, análises que desenvolvem-se nesse sentido acabam servindo para que as propostas de redução dos encargos sociais possam encaminhar-se também para eliminação de rendimentos e direitos trabalhistas dos trabalhadores, como o décimo-terceiro

---

<sup>x1</sup> Cabe apontar que o custo da mão-de-obra é apenas um dos elementos determinantes da competitividade internacional, cuja importância não deve ser superestimada. Em visões ultrapassadas sobre a competitividade internacional são considerados como elementos determinantes importantes, além do custo da mão-de-obra, a taxa de câmbio e os níveis de produtividade. Tratamento mais adequado da questão da competitividade, principalmente após as transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas, apontam para o conceito de competitividade "sistêmica", no qual se destaca a complexidade da questão, o seu aspecto dinâmico e são considerados vários elementos importantes para a determinação da competitividade internacional de um país, apontando a insuficiência da visão de competitividade preço ou custo, que está baseada apenas na consideração de indicadores sintéticos do custo da mão-de-obra, da taxa de câmbio e da produtividade. Veja: Coutinho & Ferraz, 1994; Santos & Pochmann, 1995.

salário, o abono de 1/3 de férias, o F.G.T.S.,<sup>xii</sup> as férias, como faz PASTORE. Nesse ponto é importante ressaltar que, não sendo encargos sociais, esses itens de despesas das empresas não devem ser incorporados em propostas ou projetos de redução de encargos sociais, pois nesse caso caracterizaria-se a redução do salário recebido por hora efetivamente trabalhada, e não dos encargos sociais.

**TABELA 1**  
**CUSTO HORÁRIO DA MÃO-DE-OBRA, SEGUNDO RAMOS DA INDÚSTRIA**  
**MANUFATUREIRA. BRASIL, 1993 (EM US\$).**

<b>Indústria Geral</b>	<b>3,08</b>
Extrativa Mineral	6,55
Mineral não Metálico	1,90
Metalurgia	3,37
Mecânica	5,28
Mat. Elét. e Comunic.	4,22
Mat. de Transporte	5,06
Madeira	1,24
Mobiliário	1,52
Papel e Papelão	3,45
Borracha	4,11
Couros e Peles	1,67
Química	6,21
Farmacêutica	3,78
Perf. Sabões e Velas	2,46
Prod. Mat. Plásticas	2,17
Têxtil	2,18
Vest. Calç. e Art. de Tecidos	1,55
Produtos Alimentares	1,82
Bebidas	2,26
Fumo	4,42
Editorial e Gráfica	3,03
Diversos	2,56

**Fonte: IBGE. Censo Industrial, 1985; Pesquisa Industrial Mensal (PIM).  
Dados elaborados no CESIT - I.E./UNICAMP (1994).**

<sup>xii</sup> É importante lembrar que o F.G.T.S., além de constituir-se como uma forma de rendimento do trabalhador, cujo pagamento é individualizado e relativo ao valor do salário e tempo trabalhado, tem uma importante função econômica na medida que tem sido uma das mais significativas fontes de financiamento para o setor habitacional e o de saneamento básico.

**TABELA 2**  
**CUSTO DA MÃO-DE-OBRA NO SETOR MANUFATUREIRO (1993).**  
**(DÓLARES POR HORA)**

Alemanha*	24,87
Noruega	21,90
Suíça	21,64
Bélgica	21,00
Países Baixos	19,83
Austria	19,26
Dinamarca	19,21
Suécia	18,30
Japão	16,91
Estados Unidos	16,40
França	16,26
Finlândia	15,38
Itália	14,82
Austrália	12,91
Reino Unido	12,37
Irlanda	11,88
Espanha	11,73
Nova Zelândia	8,19
Taiwam	5,46
Singapura	5,12
Coréia do Sul	4,93
Portugal	4,63
Hong Kong	4,21
Brasil	2,68
México	2,41
Hungria	1,82
Malásia	1,80
Polonia	1,40
Tchecoslováquia	1,14
Tailândia	0,71
Romênia	0,68
Filipinas	0,68
Bulgária	0,63
China	0,54
Rússia	0,54
Iogoslávia/Sérvia	0,40
Indonésia	0,28

Fonte: Morgan Stanley Research.

Citada por STEWART (1994). \* Apenas Alemanha Ocidental.

Portanto, a redução ou eliminação da incidência de despesas sobre a folha de pagamento das empresas tem que considerar esse aspecto de fundamental importância, e deve se restringir aos itens que realmente são encargos sociais. Ainda assim, cabe apontar, desde logo, que os encargos sociais incidentes sobre a folha constituem, em geral, fontes de financiamento da previdência social e de outros gastos públicos na área social, assim como servem de suporte financeiro de atividades administradas por entidades patronais. Desta forma, não é suficiente propor reduções ou eliminações da cobrança sobre a folha de pagamento das empresas, mesmo que nela esteja assentada a arrecadação de recursos para uma série de atividades, mas torna-se necessário, a quem propõe tais reduções, apresentar também as alternativas para manutenção dessas fontes de financiamento. A redução do peso dos encargos sociais na folha de salários das empresas remete, portanto, a discussões de natureza tributária, pois não se pode deixar de considerar a importância de manter o financiamento da previdência social e de outros gastos sociais do setor público. Também atividades como as do SENAI-SESI, SENAC-SESC e SEBRAE, se deixarem de contar com os recursos provenientes a partir da incidência sobre a folha de pagamento, necessitarão de novas formas de financiamento, considerando que as propostas de redução de encargos sociais ainda não deixaram transparecer a idéia de extinção dessas instituições.

Apesar do baixo custo do trabalho e da enorme flexibilidade do mercado de trabalho existente no Brasil, não se pode deixar de ver naquelas propostas o interesse em obter vantagens mesmo com um padrão de competitividade espúria, baseado em baixos salários. Nesse sentido, cabe

ressaltar as críticas que destinam-se àqueles que ainda acreditam na capacidade do custo do trabalho servir como base para a competitividade das economias. As condições de competitividade internacional dos países estão muito mais determinadas, segundo TAVARES (1994), pelas condições de competitividade tecnológica e sistêmica, no longo prazo, e pela capacidade das empresas de apropriarem-se de ganhos em função de alterações cambiais e de movimentações financeiras internacionais. Para esta autora, *"a competitividade das economias e das multinacionais não têm mais como base os custos salariais"*.

Enfim, a discussão sobre alterações na composição e peso dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento das empresas não pode ser feita simplesmente nesse campo de afirmação das políticas liberalizantes. É preciso que ela esteja inserida num contexto de amplas discussões acerca da reformulação do sistema tributário, das relações de trabalho e também da forma de inserção do país na economia mundial, num cenário internacional caracterizado por grandes transformações que claramente acrescentam grandes dificuldades para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças que estão começando a se processar na economia brasileira nesta primeira metade dos anos noventa - depois de uma década de estagnação-, apontam para fortes tendências no sentido de maior desagregação da estrutura sócio-econômica.

Desta forma para uma verdadeira inserção sistêmica do Brasil na emergente Terceira Revolução Industrial torna-se necessária a mudança de foco visando a retomada do desenvolvimento, com distribuição de renda.

Com o discurso neoliberal investiu-se em modernização e racionalização da produção, mas não tanto no crescimento da capacidade produtiva, gerando o enxugamento do quadro de pessoal. Porém, a geração de novas oportunidades de emprego (capaz de absorver o aumento da população ativa urbana) requer a retomada de um crescimento mais substancial da economia, inclusive com ampliação da infra-estrutura básica, o que exige uma expansão dos investimentos produtivos.

Não obstante, este trabalho apontou para a necessidade de uma ampla discussão em torno da reformulação do regime de trabalho no Brasil. A proposta de simples desregulamentação, ao que parece, apenas reforçaria os aspectos negativos do atual regime de trabalho. Nesse particular, parece mais aceitável a proposta, que vem ganhando força no movimento sindical, de desenvolvimento

da contratação coletiva como base para uma democratização das relações de trabalho, visando uma reformulação do padrão de relações entre patrões e empregados através do fortalecimento da presença do sindicato no local de trabalho, na busca da estruturação das relações de trabalho e estabilização dos vínculos de emprego, que tenderiam o que tenderia a reduzir o uso predatório da mão-de-obra., refletir em mudanças na distribuição dos salários no sentido de uma menor assimetria e dispersão.<sup>xlii</sup>

Na conjuntura atual brasileira, a curto prazo, torna-se necessário recuperar o poder de gestão do Estado e a definição de um modelo alternativo de crescimento.

O Estado tem que recuperar sua capacidade de gestão financeira, visando o exercício efetivo do poder regulatório de interesses entre os trabalhadores e os capitalistas a respeito do que é o excedente econômico e, logo, do que é considerado como socialmente necessário para a produção da riqueza nacional, ou seja, uma necessária arbitragem sobre a geração e os critérios de apropriação da riqueza e renda nacional, no sentido de promover o pleno emprego, reestruturar o sistema produtivo e participar da distribuição do excedente gerado.

*" No que se refere ao mercado, a idéia da "liberdade" irrestrita da concorrência ilimitada como mecanismo de eficiência, a privatização desordenada, o desmantelamento*

---

<sup>xlii</sup> Recentemente a CUT lançou a campanha "Brasil, Diz Emprego", onde apresenta propostas para criação de emprego no Brasil, entre elas a redução de jornada de trabalho, fim das horas-extras, ampliação do seguro-desemprego, retomada de camaras setoriais e implementação do contrato coletivo de trabalho.

*de empresas estratégicas e dos sistemas de infra-estrutura que abrangem todo o território nacional, estão minando nossas possibilidades de competitividade internacional futura e agravando o desemprego e a injustiça social. Estamos jogando fora as poucas vantagens sistêmicas que o regime autoritário anterior conseguiu com tanto sacrifício do povo. Estamos liquidando o sistema de planejamento e a burocracia de Estado sem colocar nada no lugar; estamos contribuindo assim para um novo tipo de "capitalismo selvagem" que ultrapassa o herdado de nossas condições históricas. E, o que é pior, pretendem legitimá-lo sob a forma de uma doutrina neoliberal em que foram adotadas radicalmente as teses do livre mercado e confundidas, de boa ou má fé, com o conceito de democracia. Uma agenda para a reconstrução do país precisa inverter a ordem de prioridades. Devemos começar pela população (e sua miséria), ali onde ela se encontra e não iludi-la com uma nova "marcha para o oeste". Isto significa que o ataque à pobreza, a retomada do desenvolvimento e a estabilização não podem ser postas como metas separadas."*  
(TAVARES : 1994)

O caminho da retomada do crescimento econômico acelerado e sustentado no longo prazo deve, necessariamente, satisfazer o desejo social de bem-estar da população em geral. Não é mais admissível a teoria de que "primeiro deixa-se o bolo crescer para depois distribuir". Torna-se cada vez mais necessária a incorporação aos mercados de trabalho e de consumo das parcelas marginalizadas da sociedade para uma melhoria das condições de vida de toda a população.

" A opção por um modelo de crescimento com distribuição de renda realça a importância de uma política planejada de gestão do sistema produtivo. Esta visa estimular a demanda interna, elevar a disponibilidade de bens e serviços e ensejar aumentos

*significativos de produtividade. A garantia de repasse destes aumentos aos assalariados e consumidores contribuirá para amenizar as futuras pressões inflacionárias e melhorar a distribuição de renda. Esta seria alcançada através de uma regulação da relação salarial, da implementação de políticas sociais e de uma gestão financeira compatível com uma política de rendas mais ampla por parte do Estado. " (MIRANDA:1991)*

## BIBLIOGRAFIA

AMADEO, E. J.(1994). *O consenso sobre encargos trabalhistas*. Jornal Folha de São Paulo, 4 de Junho , São Paulo.

BALTAR, P. & PRONI, M. (1995). *Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil*, Cadernos CESIT, núm 15, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas.

BLOCK (1993). *Los orígenes del desordem económico interncional*. México. Fondo de Cultura Económica.

BOYER, F. ( 1986 ), in : Ferreira, C.G. *O Padrão norte-americano de industrialização, Sua Crise e o Caso Brasileiro*, CESIT/IE/UNICAMP, 1993.

CARDOSO DE MELLO, J.M. (1982). *O Capitalismo Tardio*. São Paulo. Brasiliense.

CANO, W. (1994). *Industrialização, Crise, ajuste e Reestruturação*. in : O Mundo do Trabalho. Campinas. IE.

CESIT (1994). *Emprego, Salário, Rotatividade e Relações de Trabalho em São Paulo*. Relatório de Pesquisa. Campinas, UNICAMP, mimeo.

COUTINHO, L. (1992). *A Terceira Revolução Industrial*. Economia e Sociedade, n. 1. IE, Campinas.

COUTINHO, L. & FERRAZ, J. (1994). *Estudo da Competitividade da indústria brasileira*. Campinas, Papirus (coords).

DIEESE (1993). *Os Encargos Trabalhistas no Brasil*. DIEESE, São Paulo, mimeo

ESTADO DE SÃO PAULO. (1996). Abril.

FAJNZYLBER, F. (1982). *La Industrialización Trunca da América Latina*. México, Editorial Nueva Imagem..

FOLHA DE SÃO PAULO. (1996). *Trabalho Sem Futuro, Futuro Sem Trabalho*. Março.

FIESP/CIESP/DEPEA (1993). *Encargos Sociais*. FIESP, Seção de Estatística, São Paulo, mimeo

IANNI, O. (1988). *Karl Marx*. Rio de Janeiro. Ática.

LEBORGNE, D. (1990) *Pontos de Referência Para uma Perspectiva Européia*. In : *As Novas Tendências da Economia e do Sindicalismo*. CESIT/IE-UNICAMP.

LIPIEZ, A. *Miragens e Milagres*. (1987) .São Paulo, Nobel.

MATTOSO, J.E. (1991). *Notas Sobre a Terceira Revolução Industrial, Crise e Trabalho no Brasil*, IE/CESIT/UNICAMP, Campinas.

MATTOSO, J.E. (1994). *O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados*. In : O Mundo do Trabalho. Campinas, IE.

MIRANDA, J.C. (1991). *Brasil : desafios para o novo século*. in : Debate Econômico, vol. 3 n.1. Rio de Janeiro, COFECON.

MORAES NETO, B.R. (1989). *Marx, Taylor, Ford : As forças produtivas em discussão*. Brasiliense.

OLIVEIRA, C.A.B. (1994). *Contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil*. In: Oliveira, C.A.B. et al. O mundo do trabalho - crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta.

PASTORE, J. (1994). *Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva*. Editora LTR, São Palo.

QUADROS, W. (1990) . *Crise do Padrão de Desenvolvimento Brasileiro; breve histórico e principais características*. CESIT/IE/UNICAMP.

RATTNER, H. (1983). *A Escalada dos Sistemas de Fabricação Flexíveis*. In : Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, março-abril.

RATTNER, H. (1990). *Impactos Sociais da Automação : O Caso do Japão*, São Paulo, Nobel.

RUAS, R. (1992). *Efeitos da Modernização sobre o Processo de Trabalho*. Porto Alegre. FEE.

SANTOS, A. L. & POCHMANN, M. (1995). *Custo do Trabalho e Competitividade Internacional*.

STEWART, F. (1994). *La nueva división internacional del trabajo*. Revista Trabajo, no 8, Genebra, Organização Internacional do Trabalho (OIT).

TAVARES, M.C. (1974) *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro. UFRJ/FEA. Tese de Livre Docência

TAVARES, M.C. (1992) . *Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais : a modernização conservadora*. Economia e Sociedade, n. 1. Campinas, IE.

TAVARES, M.C. (1994a). *Os Custos Sociais do Liberalismo Suicida*. Jornal Folha de São Paulo, março..

TAVARES , M.C. (1994a) *A desordem mundial e a situação do Brasil*. Jornal Folha de São Paulo, maio.

TAVARES, M. C. (1994b). *Baixos salários e competitividade externa*, Jornal Folha de São Paulo, agosto.

TAVARES, M.C. & BELLUZZO, L.G. (1995). *Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea*. Revista da ANPEC, ano VIII, n. 9, jul/1985.

TAVARES, M.C. & FIORI, L. (1993). *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo. Paz e Terra.

TEIXEIRA, Aloísio. (1989) . *O Ajuste Impossível : um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil*. Tese de Doutorado IEI/UFRJ. Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Aloísio & MIRANDA, José Carlos.(1991). *A Economia Mundial no Limiar do Século XXI: o cenário mais provável* . Texto Para Discussão:IEI/UFRJ .

TORRES, E. (1991). *A economia política do Japão. Restruturação econômica e seus impactos sobre a relações nipo-brasileiras (1973-1990)*. Tese de Doutoramento, IEI-UFRJ.